

**DA ABERTURA ÀS DIRETAS: MOVIMENTO DE MASSA E MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA NO BRASIL**

**DE LA ABERTURA A LAS DIRETAS: MOVIMIENTO DE MASAS Y MODERNIZACIÓN
CONSERVADORA EN BRASIL**

**FROM *ABERTURA* TO *DIRETAS*: MASS MOVEMENT AND CONSERVATIVE
MODERNIZATION IN BRAZIL.**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59309>

Leonardo Silva Andrada¹

Resumo: Na discussão teórica sobre a formação social brasileira, é frequente a referência ao caráter conservador de sua modernização. Uma qualificação que, por diferentes conceitos, caracteriza o processo como controlado pelo alto, através de um pacto entre grupos dominantes para garantir a exclusão do povo dos processos políticos. Este trabalho analisa o processo político da transição democrática e a emergência do movimento *Diretas Já!*, como oportunidade para interpretar as condições de emergência de um movimento de massa que pode desafiar a lógica dessa dinâmica histórica, refletindo sobre suas características e desdobramentos.

Palavras-chave: Ditadura. Diretas Já!. Movimento de Massa.

Resumen: Las discusiones teóricas sobre la formación social de Brasil suelen referirse al carácter conservador de su modernización. Una calificación que, a través de diferentes conceptos, caracteriza el proceso como controlado desde arriba, a través de un pacto entre grupos dominantes para garantizar la exclusión del pueblo de los procesos políticos. Este trabajo analiza el proceso político de la transición democrática y el surgimiento del movimiento “Diretas Já!” como una oportunidad para interpretar las condiciones para el surgimiento de un movimiento de masas que pudiera desafiar la lógica de esta dinámica histórica, reflexionando sobre sus características y evolución

Palabras clave: Dictadura. Diretas já!. Movimiento de Masa.

Abstract: In the theoretical discussion about Brazilian social formation, reference to the conservative nature of its modernization is frequent. A qualification that, through different concepts, characterizes the process as controlled from above, through a pact between dominant groups to guarantee the exclusion of the people from political processes. This work analyzes the political process of the democratic transition and the emergence of the “Diretas Já!” movement, as an opportunity to interpret the conditions of emergence of a mass movement that can challenge the logic of this historical dynamic, reflecting on its characteristics and developments.

Keywords: Dictatorship. Diretas Já!. Mass Movement.

Introdução

O processo de formação nacional ocupa algumas das melhores obras do pensamento social brasileiro, desde sua emergência como campo de debates. Por volta da passagem dos anos 1950 para os 60, com a aceleração da modernização capitalista e suas sensíveis consequências na estrutura de classes, nos hábitos e na configuração das relações sociais, as feições marcadamente capitalistas do processo influenciam

profundamente essa discussão, que em larga medida, se apropria do instrumental marxista. Tanto as análises de Lenin sobre o processo alemão, quanto as de Gramsci sobre o caso italiano, servem de inspiração para a reflexão sobre a modernização capitalista brasileira, em virtude dos traços característicos que apresentam. A *via prussiana* (LENIN, 1975) e a *revolução passiva* (GRAMSCI, 2002), em suas especificidades, se configuram como vias de efetivação histórica do capitalismo em que as burguesias locais não são robustas o bastante para impor a condução de seus interesses de forma pura, ao estilo de uma revolução burguesa clássica como a francesa. Dependem de uma composição com os antigos setores dominantes, que a ruptura de tipo jacobino teria desalojado do poder, junto com suas instituições e demais formas jurídico-políticas de garantia de sua hegemonia. Nos casos tardios de Itália e Alemanha, a preservação do atraso era o pedágio pago pela burguesia para o pacto com o latifúndio, garantindo a força necessária à condução das transformações pelo alto, de forma que se mantivesse impermeável à participação das classes trabalhadoras. Com essa caracterização, não surpreende que servissem de inspiração às tentativas de melhor compreender o processo brasileiro de adesão *hipertardia*² a essa torrente moderna.

A ausência de ruptura, a preservação do atraso, a atuação cuidadosa para manter os setores populares afastados de participação nos processos de transformação, típicas desses processos, também são características marcantes do caso brasileiro, mais um entre os tantos casos *não clássicos* de revolução burguesa. Antonio Mazzeo argumenta que o primeiro autor a tratar do Brasil nessa linha foi Caio Prado Jr., com suas preocupações quanto ao sentido da colonização, que deveriam informar a adequada linha política revolucionária no país que emerge dessas circunstâncias. José Chasin também incluiu a formação colonial em suas considerações sobre o capitalismo hipertardio brasileiro (CHASIN, 1976). Entre os autores que se aproveitaram das indicações de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 1974) e Luís Werneck Vianna (WERNECK VIANNA, 1976) são pioneiros na utilização da *revolução passiva* como chave interpretativa da modernização que “muda para que tudo permaneça como está”³.

Particularmente após o golpe de 1º de abril e a ditadura burgo-militar instaurada em 1964, se intensifica a busca de ferramentas interpretativas que permitam processar melhor as razões da ruptura empreendida, e contribuam para a caracterização de um bloco no poder que reiteradamente renuncia ao exercício direto do mando, dando suporte a formas autocráticas que garantem a preservação de seus interesses, através da exclusão política dos setores populares. Para essa gama de problemas, teve serventia a categoria *bonapartismo*, e o debate se avolumou na argumentação quanto à adequação, ou não, desse conceito para a apreensão do processo brasileiro. Entram em questão, para considerar sua aplicabilidade, as demarcações históricas de sua ocorrência e as particularidades nativas que se assemelhariam ou inviabilizariam seu uso. Nesses termos, uma vez mais participam da discussão nomes de destaque do pensamento nacional, com intervenções de Francisco Weffort (WEFFORT, 1966), Octavio Ianni (IANNI, 1968), José Chasin (CHASIN, 1978), Florestan Fernandes (FERNANDES, 1975), entre os de maior influência.

Nesse contexto, a historiografia e as ciências sociais brasileiras, lidando com os processos decisivos de nossa formação nacional nos marcos da consolidação do capitalismo moderno, oferecem uma portentosa reflexão que, da independência à modernização conservadora levada a cabo pela ditadura burgo-

militar, é marcada por uma ausência. Às margens do Ipiranga ou o no Campo de Santana, na destituição da oligarquia do café ou na derrubada do vice tornado presidente, as classes populares não aparecem nesses escritos, a não ser pontualmente, como figurantes. O arranjo reacionário que acomodou a emergente burguesia junto aos herdeiros dos donatários, no bloco dominante, teria sido permanentemente eficiente na exclusão do povo de qualquer desses processos. É uma característica da política que os agentes responsáveis por transformações, sejam contemplados na partilha de benefícios que a nova condição enseja. Florestan Fernandes oferece robusta explicação de como a burguesia que se forma nas condições de periferia imperializada, como a brasileira, não pode garantir seus privilégios sem a constituição de um regime autocrático que impeça a incorporação de setores populares, o que explicaria o zelo por uma ordem excludente que cumpra esse papel.

Há, porém, um episódio já nos estertores da ditadura burgo-militar, que reclama análise mais detida. O movimento *Diretas Já!*, ainda hoje, é tratado como o maior movimento de massas da história brasileira, e a compreensão profunda de seu significado se torna ainda mais relevante, à medida em que se leva em conta o momento histórico. A mera ocorrência impõe a consideração da presença popular em nossa história, e a necessidade de melhor entendimento dos condicionantes de sua ocorrência, o que possibilita sua emergência tanto quanto os mecanismos a que se recorre para forçar seu deslocamento de cena. O movimento das *Diretas* será tratado como o ponto culminante de um processo de acúmulo de forças do movimento de massas, uma construção que remonta a dez anos antes de sua relativa derrota. O acompanhamento desse processo, em seus múltiplos determinantes, oferece objeto para a análise das condições de emergência do movimento de massas e os elementos que favorecem seu desenvolvimento. A considerar seu desfecho, também se presta a algumas reflexões sobre as razões para que mesmo com toda a envergadura que atingiu, tenha frustrado as expectativas e resultado em outra derrota para a classe trabalhadora. Visto como ápice de um processo de longa maturação, o adequado tratamento implica a consideração das relações ambíguas que estabeleceu com a institucionalidade, especialmente por se desenvolver na vigência de uma ditadura que teve entre suas razões de ser, a neutralização do movimento popular e sua capacidade para intervir na vida política. Uma relação que teve, ela própria, suas especificidades, com o governo dando início ao processo de *distensão*, o que abre espaço para a institucionalização de forças opositoras, já nas eleições legislativas, em 1974, visto como o marco zero da *liberalização* controlada.

Considerando todos os elementos dispostos, o trajeto que o artigo irá percorrer, para dar conta da questão inicial – a possibilidade de movimento de massas em uma formação colonial, no momento de intensificação de seu caráter autocrático – parte da compreensão das razões para o início do processo de *Abertura*, para uma adequada caracterização do poder político como expressão da dinâmica da vida social, dispensando explicações que se esgotam na aparência superestrutural. Em seguida, procede à interpretação do desenvolvimento histórico da relação entre o movimento social, tomado em conjunto, com as possibilidades oferecidas pela abertura política, e como essa relação assume um caráter dialético, com o crescimento da oposição levando à ocupação de espaços institucionais, o que é revertido em maior reforço à atuação de movimentos e sindicatos, que por sua vez, direcionam esse fortalecimento para a oposição

institucionalizada como forma de derrotar a ditadura. São etapas que contribuem para a caracterização do movimento de massas, os fatores que o compõem e o que viabiliza sua constituição. Por fim, a interpretação do histórico de surgimento, desenvolvimento e ocaso do *Diretas Já!*, se apresenta como oportunidade para analisar suas potencialidades no contexto da modernização conservadora brasileira, e como corolário, que elementos contribuíram para que seu desfecho, de certa forma, replicasse o enredo de acordos *pelo alto* que escamoteiam a participação popular.

Abertura: razões e consequências

Passados dez anos do golpe, a ditadura burgo-militar vivia seu ponto culminante, valendo-se do desempenho econômico que a propaganda soube explorar. Em uma inédita série histórica, a orientação macroeconômica do governo Médici resultou em crescimento do PIB a uma média de 11,2% entre os anos de 1969 e 1973 (SINGER, 1975). A combinação entre propaganda ufanista (FICO, 1997) e censura (KUSHNIR, 2004) garantiram que esse feito ficasse gravado na memória, sem a mácula do aprofundamento da desigualdade, com uma política de arrocho salarial (COSTA, 1997) garantida pela brutal repressão. É nesse preciso momento que assume a presidência o quarto general ditador, Ernesto Geisel, responsável pelo início do processo de *distensão* que deveria desembocar na *abertura*, retorno “lento, gradual e seguro” do poder aos civis, sob um regime constitucional. Sem deixar de reconhecer o caráter de tutela que significou o slogan referido, o que desperta a curiosidade analítica é compreender por que, em tais circunstâncias, uma coalizão já acostumada ao exercício arbitrário do poder, para se livrar de incômodas contestações, opta por sua autoimolação.

Não são abundantes as interpretações que vão ao fundo material dessa opção política. Mais comuns são as análises que se apegam à orientação ideológica de determinada facção entre os militares que, por formação, teriam incômodo com o exercício direto do poder pela corporação, estariam aterrorizados com a quebra da hierarquia produzida pelo excesso de poder delegado aos responsáveis diretos pela repressão, e entendiam que os elevados ideais da Revolução haviam se perdido. É possível que, intimamente, alguns entre os operadores do desmonte da ditadura por dentro, esposassem uma ou todas entre essas crenças, mas confissões privadas são insuficientes para compreender processos históricos, por uma razão relativamente simples. Com a envergadura que estes eventos adquirem, dependem do envolvimento de grande quantidade de agentes, e não alcançariam a profundidade de intervenção que por fim apresentaram, se dependessem do voluntarismo de convertidos. É fundamental, portanto, buscar a base material capaz de servir como fundamento comum para a adesão de tantas vontades individuais. Por certo, as posições defendidas e avançadas por Geisel e Golbery do Couto e Silva são relevantes para a compreensão da orientação que assume a ditadura a partir de 1974. Representam uma fração das Forças Armadas que esteve no centro do planejamento do golpe, conduziu a formatação do período Castello Branco, setores ligados à elaboração ideológica da Escola Superior de Guerra e à burocracia militar, distantes do cotidiano da tropa. Grupo que perdeu espaço com a ascensão da fração mais conectada à vida nos quartéis, com destaque para as divisões diretamente envolvidas na repressão violenta. Mas essa constatação não justifica as motivações

para que uma fração ceda espaço a outra. O importante, nesse ponto, é identificar as mudanças na conjuntura que permitiram a mudança na correlação de forças entre elas, com a consequente hegemonia dos *castelistas*.

Para organizar a cronologia em blocos, a *distensão* do governo Geisel é o momento imediatamente posterior ao período do *Milagre Brasileiro*, emergindo como estratégia para lidar com os efeitos políticos de seu esgotamento. De acordo com Paul Singer, o “milagre” foi possível pela disciplina imposta à repartição da renda entre capital e trabalho, baseada na política salarial da ditadura e no novo arranjo do capitalismo global, resultando no influxo de capitais estrangeiros (SINGER, 1975). À inflação gerada pela política econômica de JK, o capital respondeu com uma política salarial que penalizava os estratos mais baixos, preservando trabalhadores mais qualificados e a classe média, valendo-se de uma ditadura para sua imposição. O impacto seletivo dessa orientação rendeu não apenas os resultados econômicos pretendidos, mas teve ainda, como efeito político, a formação de uma base de sustentação. A classe média e o segmento especializado do proletariado brasileiro mantiveram seu apoio à ditadura, pelo menos, até o esgotamento do “milagre”, enquanto puderam manter níveis de consumo baseado em endividamento progressivo. O milagre soçobrou, levando consigo parte significativa do apoio da burguesia que fora a articuladora do golpe e principal beneficiária da ditadura, sinalizando os primeiros indícios de que o regime já tinha cumprido as tarefas históricas para as quais fora instituído.

A sequência de resultados positivos do desempenho econômico brasileiro chegou a termo por uma combinação de fatores, mas foi precipitada pela crise do petróleo de 1973, que enfeixa os fatores relativos à conjuntura externa. Além do súbito encarecimento do barril do combustível, a solução estadunidense para sua própria crise interna foi a desvalorização do dólar, impactando diretamente no poder de troca das matérias primas no mercado internacional, paralelamente ao encarecimento dos bens de capital no mercado internacional. Em termos de balança comercial e reservas de divisas, a economia brasileira passou a arcar com elevação de gastos, concomitante à perda de “poder de compra”. O déficit em conta corrente disparou, obrigando a empréstimos que elevam a parcela do PIB comprometida com juros, e a ditadura não pode mais sustentar as políticas que garantiram o seu “milagre”. Uma burguesia que, apesar de toda sua propaganda ideológica, nunca foi capaz de conduzir seus negócios sem a sombra protetora do Estado, deixa de confiar no governo que existia para cuidar de seus interesses, mas não era mais capaz de cumprir com suas funções (KUCINSKI, 1982).

O primeiro gesto dessa cisão, sempre muito cuidadosa para evitar brechas que pudessem ser ocupadas pela movimentação popular, é a *Campanha pela Desestatização da Economia*, pioneira mobilização neoliberal capitaneada por Eugenio Gudin. Foi “[...] a primeira grande operação político-ideológica autônoma da nova burguesia brasileira desde 1964. [...] levou à desintegração do pacto entre a burguesia e os militares” (KUCINSKI, 1982, p. 28). Cevada nas modalidades de substituição de importações que impulsionaram o período de crescimento econômico, essa “nova burguesia” (principalmente os setores de construção civil, agroindústria e material bélico) mordida a mão que a alimentara desde o nascimento, por sua própria natureza. As relações de frações burguesas com o Estado, ao longo de todo o capítulo brasileiro da história do capitalismo, se processam em duas frentes. No campo da grande política, a grande burguesia

depende do controle de postos chave do processo decisório, para garantir a orientação macroeconômica que favorece seus interesses em política monetária, fiscal, cambial e investimentos, principalmente. Na pequena política, as frações de menor peso ocupam os postos da estrutura de Estado que permitem a drenagem de recursos públicos com negócios escusos e a nomeação de pessoas próximas para cargos de confiança. A essa altura, os militares ocupavam os principais postos da administração federal e das estatais, além de terem desalojado dos postos chave de decisão, os quadros burgueses da coalizão forjada nos tempos do IPES (VIANNA, 1987). O II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado no governo Geisel, previa pesados investimentos públicos através das grandes estatais como Petrobras e Vale do Rio Doce, o que reduzia os recursos disponíveis para os grupos privados, e colateralmente consolidava grupos nacionais em setores estratégicos, atingindo diretamente os interesses dos grupos estrangeiros e seus associados locais. Com a contração da economia e a consequente diminuição de lucros a serem auferidos, os monopólios privados dependiam de preços exageradamente benevolentes, o que impunha a esses interesses, o controle das estatais para garantir termos de troca favoráveis; esse era o horizonte da campanha de Gudin. As condições de garantia da coalizão entre o capital monopolista privado e a corporação militar que administrava o Estado em seu proveito, desapareceram.

Condicionado na dinâmica do período 1968-73, o capital monopolista realizou vultosos investimentos para uma expansão que em 1974 já não teria condições de se realizar:

[...] as novas fábricas e linhas de produção, erguidas em plena euforia pelos grandes grupos monopolistas representavam, agora, um peso morto. [...] Restava o grande paliativo de diminuir o mais possível os custos da matéria prima, energia, transporte, em geral fornecidos por empresas estatais (KUCINSKI, 1982, p. 31).

Em seu núcleo, a “crise do milagre” resultava da combinação entre uma taxa de acumulação declinante e investimentos de peso, definidos antes que a economia internacional compromettesse severamente suas possibilidades de sucesso. Uma vez mais, a propaganda ideológica sobre a indevida intervenção do Estado na liberdade dos indivíduos, é o verniz universalista para interesses particulares muito bem localizados. Politicamente, o impasse se traduz na disputa entre a ala que se empenha na *abertura política*, como forma de recuperar o controle sobre as decisões econômicas e os recursos públicos, e os partidários da *linha dura*, mobilizando propaganda anticomunista para preservar os interesses da burocracia militar e seus associados.

Paralelamente, o capitalismo global se reorganizava, para dar uma solução financista à exaustão do modelo nascido em Bretton-Woods. Os gastos militares, a recuperação de competidores arrasados na II Guerra e o choque do petróleo, reclamavam uma engenharia financeira mais adequada à administração dos déficits público e comercial da potência central. O custo do combustível pesava sobre o capital industrial, mas a compensação viria através do adequado redirecionamento dos petrodólares para o sistema financeiro. Reunidos em uma estação de esqui, ideólogos do livre mercado conceberam uma reformulação da estrutura econômica internacional, com ajustes institucionais locais que impactariam decisivamente nas economias nacionais. O que viria a ser conhecido como neoliberalismo teria efeitos drásticos na estrutura social de centro e periferia do sistema, como privatizações, desregulamentação financeira, abertura comercial e

revogação de direitos constituídos por gerações de lutas do movimento operário, acompanhando uma *reestruturação produtiva* que incorporava tecnologia em benefício da produtividade e do ganho do capital, provocando elevação do desemprego. Reunidos em Salzburg, na Áustria, representantes do capital discutiam as possibilidades de se aproveitar da economia brasileira como parte desse processo de financeirização acelerada da economia (GASPARI, 2004). O incipiente mercado de capitais brasileiro, débil e cada vez mais sob controle dos bancos estatais, emergia como área promissora para a aplicação de divisas, desde que devidamente “ajustado”. A desestatização assumia o papel de uma demanda por liberdade de ação econômica por um ator que não tinha intenção de criticar politicamente um regime de que se beneficiava. Trata-se de uma burguesia que cresceu sob a proteção e o favor do Estado, que cobria todas as falhas onde o mercado não podia ou não queria atuar, mas de que dependia para se expandir. A essa altura da integração do país ao sistema financeiro internacional, e considerada a conjuntura específica do resultado a que chegara a economia da ditadura pos-1973, a “preocupação” burguesa com a estatização tinha um foco: o controle sobre o mercado de capitais, por bancos públicos sob direção de um governo que não sentiam mais capacidade para direcionar. É nesse tipo de cálculo muito prático que residem os incômodos com o alijamento da participação em decisões. É este o verdadeiro mal-estar com o avanço do Estado sobre a economia, ideologicamente apresentado como restrição à liberdade de escolha. A campanha burguesa pela redução do Estado avança até as grandes greves de 1978 trazerem à memória os motivos pelos quais entregaram o exercício do governo aos militares. Nesse meio tempo, contribuiu com o desgaste da ditadura e a abertura de espaços que foram aproveitados pela oposição, no acúmulo de forças que atinge seu ápice com o *Diretas Já!*

A modernização acelerada de forma truculenta, além de impulsionar o desempenho econômico, teve impacto decisivo na estrutura social, e adiciona à equação política do período, seu reverso dialético. A intensa urbanização configura um Brasil majoritariamente urbano, uma população em larga medida aglomerada nos grandes centros, experimentando o colapso dos serviços públicos, a precariedade dos transportes e a moradia em condições insalubres. Em 1974, o assalariado precisava trabalhar 57% mais horas para adquirir a *ração essencial*, em relação a dez anos antes; uma das tarefas fundamentais do golpe, o arrocho salarial, tinha sido executada a contento. Como demonstra a história do movimento operário, a modernização capitalista cria as condições para a classe identificar a situação de exploração a que está submetida coletivamente (MARX, 1982). A coletividade migrante vivencia as condições de exploração que contrariam a propaganda triunfalista da ditadura, e é a partir dessa situação objetiva que começa a se configurar a confluência de elementos fundamentais para a articulação de um grande movimento de massa. À conjuntura adversa de crise econômica e penúria de grandes contingentes, soma-se a atuação de um operador político, que elabora a interpretação das causas do problema e oferece uma solução, apresentada em uma linguagem capaz de ser apreendida por sua base. A conformação de um movimento de massas, em uma sociedade de massas requer, portanto, bom uso de meios de comunicação de massas; o operador político depende, nesses termos, de uma boa estrutura e de um volume significativo de recursos para seu funcionamento. O primeiro passo em direção à conjugação de todos esses elementos, foi a capacidade da oposição, catalisada no MDB, de estabelecer a identificação da ditadura com as adversidades enfrentadas

por essa massa, associar a solução do problema com o retorno do Estado democrático de direito, e apresentar o voto contra o governo como tática eficiente de expressão do protesto. A experiência concreta do que significava o “milagre” na vida cotidiana das massas trabalhadoras favorecia a oposição, e em algumas capitais o MDB chegou a amealhar o dobro de votos da ARENA⁴ (KUCINSKI, 1982).

Um importante fator para a emergência do movimento de massas, portanto, é o primeiro gesto de distensão, que em 1974 permite a propaganda eleitoral em meios de comunicação de massas, cunha inserida pelo próprio governo no sistema político que controlava. Considerando os eventos da década que se passou entre o golpe e as eleições legislativas em tela, é inevitável refletir mais detidamente sobre alguns aspectos. O que se alterou na correlação de forças, para que em 1968 a pressão popular tenha sido respondida com o AI-5, e a partir de 1974 tenha resultado no processo de distensão *lenta, gradativa e segura*, cujos desdobramentos, mesmo com os recuos impostos, tenha permitido o crescente movimento de massas que entre 1978-84 inviabilizou a continuidade do regime? Ou em outros termos, porque em um caso a resposta ao descontentamento é recrudescimento, e no outro é a busca por uma saída negociada que impeça a prevalência do setor popular organizado? Que conjuntura impõe a coerção, e em contrapartida, que condições reclamam a busca por um “consenso”, mesmo que assimétrico, impondo aos trabalhadores alternativas rebaixadas? É preciso pensar em interpretações fortes e abrangentes para essa diferença, que aparenta enfeixar um conjunto de fatores explicativos.

Como o eixo da discussão proposta se refere às vicissitudes do movimento de massas, nas condições da modernização conservadora nativa, a conjuntura internacional, particularmente a política externa dos EUA para a América Latina, será apenas referida, deixando seu desenvolvimento para outro trabalho. É relevante pontuar que a mudança da política de Nixon e Kissinger com relação às ditaduras, pode ser auferida em texto nunca publicado de Samuel Huntington, que esteve em visita não oficial a Geisel e Golbery⁵. Entre os condicionantes internos, tem peso o momento econômico e a forma como os índices interferem nas relações entre as frações burguesas e o regime; em 1968, início da série histórica de taxas recordes de crescimento do PIB, em que as elites estão fechadas com a ditadura; em 1974, após o esgotamento do modelo, as opções tomadas a partir de 73, somados ao diagnóstico de que os erros de política econômica também derivam da ocupação de postos estratégicos por militares que alijaram os antigos membros burgueses do IPES, levam ao afastamento de cada vez mais setores em relação à ditadura. A interpretação do sentido da abertura requer pensar a relação da luta popular com todo esse conjunto de fatores. O fundamental entre essas questões parece ser, justamente, como aquilatar o papel e o peso que o movimento de massas pode ter, em uma formação social capitalista de histórico colonial. Como, enfim, avaliar as possibilidades de eclosão, desenvolvimento e intervenção política desse fenômeno, considerando o caráter autocrático, excludente e violento da dominação burguesa no Brasil.

Ditadura, modernização conservadora e integração do Brasil como membro (subalterno) do circuito mais avançado do capital

A dinâmica colocada em andamento por Vargas e acelerada nos “50 anos em 5”⁶, dá indícios de que pode escapar ao controle do andamento tutelado da modernização conservadora, sob Jango. A versão

mais à direita da conciliação, à moda JK, não se mostrara plenamente confiável, e o golpe tentado algumas vezes na década anterior finalmente se efetiva. A ditadura cumpre o papel de avançar o capitalismo brasileiro até o estágio a que ele estava escalado e *semipreparado* a cumprir. Redireciona as prioridades da atuação para criar o aparato institucional adequado a esse ofício, ao mesmo tempo em que mobiliza suas forças de violência organizada, como forma de atualizar o arbítrio de um poder de classe historicamente objetivado em um Estado truculento e seletivo. Essa a razão de tantos traços da vida social e política do Brasil contemporâneo terem suas raízes em transformações operadas no período da ditadura burgo-militar. Se o Brasil moderno nasce com Vargas, e testemunha nesse mesmo período o acúmulo de condições que permite o aprofundamento dos processos de redefinição da estrutura de classes, diversificação do parque produtivo e, finalmente, a expressão política desse novo Brasil moderno, é na ditadura que os mecanismos da via colonial se apresentam com todo o vigor do capitalismo dependente do pós-guerra, acelerando adaptação à fase final do modelo Bretton Woods. Seu reverso dialético é a criação das bases para a emergência de uma nova geração de lutas operárias, cuja síntese política, nas condições objetivas do período, serão as grandes greves do ABC.

A modernização no campo cria, igualmente, o novo movimento de uma classe trabalhadora rural que foi modernizada de forma violenta, atada ao ancestral problema não resolvido da colonização brasileira. A base material do permanente laudêmio pago ao atraso é o exclusivo agrário, que vem dos primeiros gestos da modernização brasileira, ainda no império (PRADO JR., 1966). O boia-fria e o sem-terra, essa massa de trabalhadores rurais e semirurais, em sua florescência mais moderna, é a expressão eloquente do que significa, na objetividade histórica, a “manutenção do atraso” e a materialização da via colonial. O controle agrário é o centro do poder econômico e político da aristocracia aburguesada da terra, eficiente na autopreservação como centro de poder, em meio à modernização resultante da revolução burguesa brasileira. Garantindo a tutela do poder político através de sua partilha em condomínio com uma burguesia interessada nos ganhos de sua posição, é preciso adaptar as relações de trabalho e a forma da extração do excedente de uma classe sujeita às condições de superexploração aqui praticadas. No capitalismo de *commodities* que o grande agronegócio opera, a classe trabalhadora rural é composta de pequenos camponeses, assalariados, temporários, sem terras, estruturalmente correspondentes ao escravo da colônia e do império – o sujeito que exerce a força de trabalho e gera o produto que será levado ao mercado para que o proprietário de terras realize seu lucro.

Da Era Vargas à ditadura burgo-militar, trajetória da modernização conservadora e sua aceleração, o tratamento dispensado às massas muda substancialmente. Tanto em suas razões, quanto em suas formas de atuação. O Estado Novo foi erigido com uma estrutura apoiada nas massas, em uma forma específica de mobilização do seu potencial político. O recurso às classes trabalhadoras, com sua participação de forma tutelada e neutralizada, serviria como base social, o contrapeso ao poder burguês para sustentar um nível mais elevado de autonomia relativa do Estado para o exercício do poder por Vargas e seu entorno modernizante. Carregava traços da concepção positivista de um grupo esclarecido, com poder enfeixado para realizar a modernização que atenderia ao legítimo interesse nacional (ALONSO, 1996). Para construir esse apoio tutelado das massas – tanto no que se refere à garantia desse apoio, quanto aos mecanismos que

permitted a tutelage – the regime relied on coercion, censorship and search for consensus, inaugurating the recourse to ideological propaganda as a modern instrument of government. The combination of these elements resulted in a regime that carried out the bourgeois project, even as it revealed it (WEFFORT, 1966).

This dynamic changes drastically with the new cycle of development of the post-war, in composition with the State that organizes this new order, under the aegis of institutionalization of 1946. The social forces resulting from the expansion of modernized capitalism, impelled by the acceleration of the development model that Kubitschek touched, have their dialectical reverse in the organization of the proletariat in unions and the growth of the PCB, which in its turn begins to intervene in the modern organization of the rural worker, articulating its unionization and acting in the origin of the Ligas Camponesas (REIS, 1981). The modernizing conservative capitalist, following the logic of weeding out its weeds, modernized also the working classes and their forms of struggle, including the agricultural sector, pointed out in chorus in the Brazilian thought as the material base of the survival of the lag in our social formation (LEAL, 1975; FERNANDES, 1976; RANGEL, 2005). The masses, under the regime of 46, had space to organize, and even the PCB could act in the “light of the day” (MAZZEO, 2023). The bourgeois fractions, on the other hand, conspired for the maintenance of the ancestral control exercised over the State, incapable of envisaging an exit to get rid of the worst entanglement left by Vargas to their eyes – the organization of the masses in structures that are formative and mobilizing, and will be relevant for their action as a political force in the institutionalization of 46. The forces unleashed with modernization, and organized by entities resulting from the process (the urban and rural unions, the PCB, the Ligas Camponesas and the UNE) could not be dislodged from the mechanisms in force; the reorientation of the State and of its economic functionality would depend on the success of the coup.

If the New State was structured to channel the masses in a tutelage form, the burgo-military dictatorship was thought, viabilized and imposed to close the channels of popular political intervention, which involved disarticulating the structure that organized this mass in a form that its intervention would be incisive and direct to the State. The reaffirmation of exclusivism that the bourgeois autocracy always imposed, is updated in the form of the burgo-military dictatorship. A phenomenon that makes it relevant to understand for what reasons, in certain moments of history, the bourgeois sectors renounce the exercise of this power in a more arbitrary expression, as was the case of the *distensão* and subsequent *abertura*, and opt for the strategy of constitutional institutionalization. It is this that justifies the whole of this analysis, and the choice of this moment to illustrate the question about the masses in the modernizing conservative, via colonial, or that category is adopted to deal with the historical objective of Brazilian capitalism. If they were tutelage by Vargas, they began to organize and threaten the bourgeois hegemony in 46, the coup put them back in their places – in the terms of the bourgeois autocracy – and obstructed the participation of the masses in the administration of the State, breaking the spine of the structure that articulated their action. It is their capacity of reorganization after the severe repression of the years 1968-73, camouflaged between 1974-78, that accelerates the morose pace of the *distensão* regime. The masses entered the scene again with the strikes, which had their unfolding strengthened and expanded in the struggle for direct elections. But, finally, the Dante de Oliveira amendment was not approved and the *Diretas Já!* was defeated. What characteristics of class and articulation of forces of this movement, could illuminate the reasons for

a derrota? É de conhecimento público o momento da articulação prussiana pelo alto, cuja símbolo é o Tancredo Neves que sabota os momentos em que ocorre maior expressão de autonomia do movimento. O mesmo que posteriormente seria eleito indiretamente presidente, confirmando a vitória da conciliação sobre a intervenção das massas. Este é o elemento no movimento pelas Diretas que confirma a história; por outro lado, se esse enredo confirmado é a neutralização das massas, com aniquilação dos canais de sua participação e estrangulamento de sua organização, o que consegue agrupar e organizar essa massa dá pistas dos fatores estruturais e conjunturais que favorecem sua atuação.

Entre os resquícios de institucionalidade, nos quais a ditadura e seus apoiadores se esforçavam para buscar alguma legitimidade, estava o sistema eleitoral bipartidário. Certos de sua hegemonia impermeável a qualquer contestação, os generais mantiveram as eleições de 74, facultando ainda à oposição, o recurso à campanha na TV (KUCINSKI, 1982). Foram os primeiros passos como meio de comunicação realmente massificado nas condições do novo Brasil que a ditadura criou. Para tanto, concorreram o acesso aos aparelhos de tv através da política de crédito, que permitiu o acesso a bens de consumo por parte dos trabalhadores, paralelamente à criação das condições materiais e legais para que uma emissora cobrisse todo o território nacional (ORTIZ, 1988). Esse canal de agitação foi mobilizado com uma mensagem que sintetizava politicamente os resultados da etapa anterior da ditadura, quase que totalmente correspondente ao período do “milagre”. Economicamente, a festejada pujança econômica era apropriada de forma cada vez mais exclusiva pela burguesia, até que, finalmente, se esgota em 73 – levando a um comportamento ainda mais predatório do capital sobre o trabalho. A dinâmica de concentração se manifestou numa piora significativa das condições de vida nos bairros periféricos e favelas, demograficamente adensados com a urbanização dos períodos anteriores. Morando longe, em bairros sem infraestrutura adequada, andando em transportes precários, enfrentando epidemias que o sistema público de saúde não podia tratar por falta de espaço e recursos, com um salário deteriorado em 50% e enfrentando inflação incessante, esse trabalhador já não tinha mais motivos para cantar efusivamente que *esse é um país que vai pra frente*⁷. Paralelamente, as organizações clandestinas militarizadas foram massacradas em uma guerra encoberta, deixando como saldo político, entre outras questões importantes, o abandono progressivo da aposta na luta armada por parte dos seus quadros remanescentes. A combinação de todos esses traços da conjuntura é sintetizada na aposta eleitoral em 74, como instrumento de protesto contra o regime, desencadeando uma campanha que incentivou as classes populares a catalisar seu descontentamento através de candidaturas da oposição. A campanha desse ano, e seu sucesso eleitoral, serão os sinais positivos que levarão à retomada da linha de massas, e o indício de que havia espaço para sua construção.

Como reação à acachapante derrota eleitoral, nos primeiros meses de 1975 tem início a Operação Radar. Teve como alvo a estrutura política do PCB, e devia oferecer subsídios para a campanha oficial associando a vitória da oposição à atuação comunista (PINHEIRO, 2014). Além de aniquilar um terço do Comitê Central do partido alvo, resultou no assassinato do jornalista e militante do comunista Vladimir Herzog, morto sob tortura nas dependências do DOI-CODI⁸ paulista. O culto ecumênico em protesto pela morte de Herzog foi o primeiro ensejo de manifestação de massa, sinalizando a virada da classe média e dos profissionais liberais contra a ditadura. O próprio suplício a que foi submetido já se insere no contexto dessa

virada. Foi parte de uma reação da linha dura à conjuntura política em São Paulo, àquela altura polo da oposição liberal, e tem no sindicato dos jornalistas a primeira expressão dessa mudança, com a eleição em fins de 74 de uma chapa de unidade da esquerda, desalojando os pelegos que o dirigiam há anos. Considerando o recrudescimento da linha dura, em sua disputa interna com Geisel e os castelistas (KUCINSKI, 1982), é relevante perceber como as disputas internas do bloco dominante abrem brechas na dominação autocrática, favorecendo a emergência do movimento de massas em nossa história refratária a essa atuação. Ao mesmo tempo, é relevante a consideração dialética de que já vinha se constituindo a retomada do movimento de massas, com os balanços dolorosos das derrotas de 1968-73, que decantam na vitória eleitoral do MDB de 74.

O crescimento do MDB nas eleições de 74 e 76 se expressa, principalmente, nas cidades acima de 200 mil habitantes. Centros industrializados pela ditadura, que iluminam um cenário semelhante ao que, dez anos antes, demandou o golpe para manutenção do controle prussiano – a dialética da industrialização dos anos Vargas, origem das massas urbanas brasileiras. A repetição de vitória oposicionista em 1976 reclamou do exercício do poder, o recuo da distensão de Geisel, com uma nova leva de cassações de deputados (tanto estaduais quanto federais), e finalmente, o decreto que interfere na campanha televisiva para as eleições municipais, conhecido como *Lei Falcão*⁹. O balanço do resultado eleitoral foi crítico, sintetizado por um documento atribuído ao presidente do conselho do banco Chase Manhattan (idem). As análises indicavam dificuldades para o governo, com recomendações para contenção do movimento popular e cuidado com sua condensação política no partido da oposição. Recebeu como resposta o *Pacote de Abril*, em 1977, que resultou no fechamento do Congresso, alteração da composição da Câmara, visando favorecer os estados menos urbanizados, e instituição da figura do *senador biônico*¹⁰ para garantir a maioria no Senado. A perspectiva que informava esse recuo era a tentativa de neutralizar eventual vitória das oposições nas eleições de 1978.

O cenário indica a força da estrutura política erigida pela modernização conservadora, considerando que a ditadura, mesmo com a perda de apoio de frações burguesas, ainda contava com a força que empurraria a abertura por mais uma década. Um abandono relativo, pois ainda havia sustentação para manobrar e se desvencilhar de um movimento de massas que se adensava. Quanto às cisões internas dos militares, é preciso compreender melhor as disputas e contradições entre os grupos. A qualificação de *castelistas versus linha-dura*, como uma questão puramente ideológica, de distintas visões sobre a condução do regime, é superficial. É preciso avançar para além do politicismo e da aceitação da propaganda ideológica como ela se vende, compreender as conexões de cada facção militar com frações burguesas e suas intenções com a máquina governamental, os destinos da política econômica, dos investimentos, das linhas de crédito, dos planos. No limite, do que pretendia o grupo que se torna hegemônico com Geisel e Figueiredo, que era composto por setores mais próximos do capital internacional monopolista. Ernesto Geisel tinha conexões com o setor petrolífero desde os anos 50; Golbery do Couto e Silva era presidente da Dow Química do Brasil, quando foi convidado a retomar seu papel de ideólogo do regime ocupando o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, entre 1974-81; Heitor Ferreira, para se tornar secretário executivo de Geisel, desligou-se formalmente do Projeto Jari, megaempreendimento dos setores químico e energético. Essa empresa, com

extensão de sesmaria entre os estados do Pará e Amapá, não tomava conhecimento da Lei de Terras Para Estrangeiros – promulgada em 1971, e que pode ter despertado a indisposição do bilionário donatário dessas terras. A listagem pode continuar com Mario Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda de Geisel e do Planejamento de Figueiredo, banqueiro e membro do conselho da Mercedes-Benz; Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das comunicações de Geisel, Grupo Siemens; Paulo Egydio, governador de São Paulo, banqueiro ligado à mineração. Estes são alguns exemplos de setores que concluíram que o desmantelamento da ditadura era necessário para a garantia de seus interesses. A combinação de tecnocracia com aparelho repressivo adquiriu uma dinâmica própria de funcionamento, impulsionando o crescimento dessa fração burocrática, ocupando os postos do Estado cobiçados pelo capital e pelo fisiologismo legislativo. Era preciso se livrar dessa metástase para liberar postos de nomeação e controle de recursos, e redirecionar a política econômica após a fadiga da dinâmica que resultou no “milagre”. Um esgotamento internacional, com seus rebatimentos locais potencializados por decisões erradas, tomadas por burocratas que desalojaram representantes burgueses mais ortodoxos.

À classe trabalhadora, que já sofria os efeitos do arrocho salarial desde o início da ditadura burgomilitar, soma-se o desgaste dos estratos especializados e da classe média, desiludidos. Frações burguesas descontentes, disputas entre setores militares e reorientação da política imperialista para a América Latina promovem fissuras no bloco do poder que configuram uma crise de hegemonia. Ocorre uma momentânea desestabilização no exercício da dominação, em cujas deficiências relativas se abriram as brechas ocupadas pelo avanço da luta popular. Ao mobilizar a televisão como instrumento de comunicação para a campanha eleitoral, as organizações da oposição, enfeixadas no MDB, conseguiram estabelecer os fundamentos da massificação da linha política de desgaste da ditadura. Foi a tática bem-sucedida para a compreensão das agruras do cotidiano no Brasil pós “milagre” como responsabilidade da ditadura – e a estratégia para sua superação através do voto.

DIRETAS JÁ!, Ponto culminante do acúmulo de forças

O peso e o alcance social que o movimento *Diretas Já!* alcançou, não foram objeto de número proporcional de trabalhos; contudo, entre os disponíveis, é marcante o reconhecimento de que resultou de uma virtuosa combinação entre movimento popular que se avolumou ruas, locais de moradia, trabalho e estudo, e atuação da oposição nos estreitos espaços institucionais. À retomada do trabalho de base no movimento estudantil (POERNER, 1979; COSTA, 2003) e sindical (FREDERICO, 1990), nas associações de bairro (BOSCHI, 1987), nas comunidades eclesiais de base (GOMES, 2014) e nos *novos movimentos sociais* (SADER, 1988) se associou a atuação de deputados e de governadores (MOREIRA ALVES, 1985). O movimento que se avolumou forçando a ocupação de espaços em meio à dinâmica de sístole e diástole da *Abertura*, imposta pelo regime ditatorial, se expressou sob a forma de greves no ABC, na construção do movimento pela Anistia, o Movimento do Custo de Vida, as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral da Terra. As oposições aglutinadas no MDB, tornado PMDB com a reforma partidária que deveria pulverizá-las, atuaram para canalizar o vigor do movimento popular para a via institucional, com atuação de deputados

como Ulysses Guimarães e Dante de Oliveira, e governadores como Leonel Brizola, Franco Montoro e para a linha de interpretação que se pretende estabelecer, com especial destaque para a operação ambígua realizada por Tancredo Neves. O governador de Minas Gerais desempenhou, nesse contexto, o papel de agente de renovação da via colonial, no bojo do movimento de massa que poderia neutralizá-la. Ao mesmo tempo em que participava da organização e estrutura dos comícios das *Diretas*, sempre muito cauteloso e atuante para evitar que o processo avançasse além da capacidade de controle, tratava com lideranças do partido governista uma saída negociada. Uma atualização circunscrita da dinâmica de negociações *pelo alto* que garante a exclusão do elemento popular da condução efetiva do processo. Tancredo parecia sintetizar a via prussiana, no estilo Vargas que ele admirava, ao usar a fermentação popular apenas como trunfo para suas negociações pelo alto. Ao mesmo tempo em que emprestava seu cacife político aos comícios, e de forma contida, mobilizava a estrutura do governo estadual para garantir os eventos das *Diretas*, articulava em bastidores para que o movimento de massa não “rompesse o dique”. Seu comportamento ao longo do processo, coroado com sua escolha como o candidato opositorista que acabaria eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, convida à análise da relação entre o movimento nas ruas e a institucionalidade.

Apontam para uma avaliação mais refinada do lugar da *Diretas*, movimento de massa, no conjunto de fenômenos que se desenvolvem ao longo da ditadura. Especialmente quando se pensa essa ditadura como momento de ruptura da conciliação da República de 46, em razão das necessidades da burguesia na periferia imperializada e a demanda de um giro na orientação econômica, cuja efetivação dependia de mobilizar os mecanismos mais elitistas da via colonial. Essa objetivação da modernização conservadora sob a forma de dominação burguesa autocrática foi bem-sucedida (a partir de sua lógica interna) em diversos aspectos, nos mais variados campos. Em seu horizonte econômico, central, promoveu a mudança estrutural do capitalismo brasileiro, incorporado de forma subalterna ao circuito internacional do capital financeiro; financiou o grande capital privado, dos internos subalternos associados aos externos hegemônicos; garantiu as enormes margens de acumulação através do arrocho salarial e a concentração de renda que acompanhou os eufóricos anos do milagre; finalmente, consolidou o modelo e a forma de dominação criando a estrutura institucional necessária ao suporte do capitalismo financeiro que acabara de adentrar. Para a estabilização dessa objetivação histórica da dominação, foram cruciais as vitórias políticas que o arbítrio conquistou de forma truculenta. Desmantelou a estrutura sindical que vinha se desenvolvendo de forma autônoma, apesar da estrutura oficial atrelada ao Estado; desarticulou os processos de organização do trabalhador rural; neutralizou o movimento estudantil, estraçalhou o Partido Comunista Brasileiro e suas dissidências; em síntese, quebrou a espinha dorsal de um movimento popular que vinha se fortalecendo como a contraface dialética do desenvolvimento industrial e urbano que vinha desde a era Vargas, acelerado com intensificação da dependência em JK.

Particularmente um aspecto político, no âmbito ideológico, merece atenção. A repressão, a perseguição e a aniquilação de quadros, quebrou a continuidade do processo de formação das novas gerações de militantes e dirigentes. A combinação desses elementos concorreu para dar os contornos do campo da esquerda que vai surgir na fase final da ditadura. A partir de meados dos 70, o que restou de sobreviventes e atuantes da esquerda (armada e desarmada), precisou fazer um balanço da década que havia

passado, e pensar uma reorientação tática, dado que a alternativa criada em 67/68 (a via armada) havia sucumbido, levando consigo uma pletera de valiosos quadros revolucionários. Uma parte considerável dos militantes e organizações remanescentes vai seguir uma linha que já se adensava no contexto europeu. Uma posição que abandonava as considerações sobre o caráter de classe da democracia burguesa, aderindo à abstração da *democracia como valor universal* (COUTINHO, 1984). O balanço crítico dos erros táticos e estratégicos apontam para uma concepção de povo, de organização e de ação política, buscando romper com o que identificavam com os erros fundamentais que levaram à derrota de 1964 e a incapacidade de oferecer resistência efetiva ao regime imposto. Identificando autoritarismo na estrutura leninista da organização política, e dirigismo elitista na formulação ideológica do *nacional-popular*, uma orientação eivada de noções de *horizontalismo basista* na organização, associada a um certo espontaneísmo popular que fundia traços *narodniks* com influências católicas, tem seu estuário na fundação do Partido dos Trabalhadores. São marcos dessa nova esquerda que emerge da reorientação teórica e política, traços ideológicos que estavam em Lula (como liderança emblemática da densa corrente do novo sindicalismo, nessa constelação em gestação), nas comunidades eclesiais de base (SADER, 1988), e esteve no associativismo louvado pelos intelectuais que construíram essa elaboração emergente.

Enfim, um associativismo que, embriagado de louvores à sociedade civil, encantou toda a década seguinte na formação de ONGs e associações variadas, e cuja lança apontada para a sociedade política derivava dos balanços a respeito da experiência recente. Um Estado brutal na defesa da concentração de renda, que se fazia presente sob a forma de repressão, ensejou um associativismo que já demonizava a política de certa forma, e favorecia que o participante de carne e osso optasse por coletivos que não colocariam sua vida em risco. Pois essa parece uma acachapante vitória da ditadura, à medida em que tende a ser duradoura, deixando um peso que perdura por anos após a transição. Se ao longo de toda a República de 46, as condições de modernização acelerada alimentavam um impulso associativo que era animado por diferentes versões de "projetos para o Brasil", todos eles envolvendo alterações profundas que deveriam nos servir para finalmente superar o atraso, a ação da ditadura foi muito eficiente em quebrar esse processo e revertê-lo. No lugar de associar-se com o fito declarado de derrubar as estruturas que mantiveram esse país em compasso de espera por sua própria modernidade, proliferaram associações zelosas em se manter deliberadamente de fora da política. Esse era um dos benefícios derivados que esperavam da ditadura seus idealizadores e realizadores. Considerando essa ampla vitória, expressa de forma eloquente na estrutura socioeconômica e no ambiente político, como foi possível um movimento como as Diretas Já?

Movimentos de massa na modernização conservadora

Os movimentos de massa atuam como contrapeso possível às tentativas reiteradas de redução da importância da classe trabalhadora no sistema político, através das medidas de *desemancipação* que acompanham a história da democracia liberal burguesa (LOSURDO, 2004). Nesse sentido, é relevante pensar na trajetória do movimento operário e suas lutas como o processo que força a participação da classe trabalhadora nesse sistema político, recorrendo à pressão da quantidade organizada para enfrentar a

disposição declarada, desde a primeira revolução burguesa, em manter fora da comunidade política os que vivem *da mão à boca* (LOCKE, 2019). Comparativamente, na trajetória da desorganização da classe e pulverização das organizações que caracterizam o avanço do neoliberalismo e a “reestruturação produtiva”, com a subjetividade neoliberal ultra individualista e todas as dificuldades interpostas à ação organizada, temos uma história de cassação de direitos, redução da renda do trabalho, reformas e perdas que se institucionalizam através de um sistema político cada vez mais impermeável à classe trabalhadora, que passa a atuar na defensiva e nem mesmo tal defesa é capaz de sustentar.

As possibilidades de emergência de um movimento de massas não estão dadas, o que significa reconhecer que às condições objetivas, devem se somar as condições subjetivas. Se concordamos com Lenin, o responsável pela combinação entre esses dois pontos é o operador político com seu papel de formação ideológica. No início do processo de abertura e as raízes do movimento de massa, encontramos a Igreja Católica forjando as CEBs, as pastorais, e a primeira raiz mais consistente e com apelo de massas, o Movimento Custo de Vida (KUCINSKI, 2082). Não foram os partidos e organizações, que a essa altura estavam todos destrocados, além de continuarem na clandestinidade. O que é preciso, portanto, é de um referencial tratado como legítimo pelas camadas populares, como historicamente foi a Igreja Católica no Brasil.

O ponto, portanto, é que a mensagem precisa ser transmitida por um agente legítimo, e faz parte da conquista dessa legitimidade, controlar a forma e o conteúdo da mensagem – saber o que falar e como falar. No Brasil pós-“milagre”, com inflação de alimentos de 480% entre 1973 e 1978, falar do preço da cesta básica, dos aluguéis e transportes (entre os três pontos do Manifesto do MCV), é um ponto objetivo (idem). Mas esses pontos, de formas diferentes, estavam nos programas e palavras de ordem dos grupos da esquerda que foram perseguidos e destrocados, sem nunca ter alcançado a penetração popular que o MCV (e seus sucedâneos) conquistaram; trata-se, portanto, do elemento subjetivo, de *como* apresentar esse programa, de forma que ele seja compreendido pela classe como um programa que é seu. Avançando nesse mesmo período, vemos que a raiz do movimento pela Anistia, são grupos da classe média. Militância de classe média, com mensagem de classe média (CANNABRAVA FILHO, 2020). Os presos políticos desse período e os exilados eram, em grande medida, de classe média, média alta, ou acima. É tarefa complexa tornar essa pauta, problema de uma classe que sofre com o arrocho salarial, o desemprego e a violência cotidiana independente de se pronunciar contra o governo.

As eleições de 1978 caracterizaram um reflexo institucional do ascenso do movimento de massas. O MDB não apenas cresceu no Senado e na Câmara, mas a própria composição dos eleitos por esse partido ônibus, caminhou para a esquerda. Ao contrário do planejado pela cúpula partidária, de caráter mais moderado-conservador, suas estratégias de incluir os nomes de esquerdistas e egressos dos movimentos populares que vinham se articulando, não serviu para angariar votos para a legenda, ao mesmo tempo que dispersaria as votações de lideranças populares e esquerdistas, garantindo a eleição dos caciques. O resultado foi o oposto (KUCINSKI, 1982), e nesse sentido, é relevante perceber que o crescimento do movimento popular pode pressionar também a dura e inercial institucionalidade. No caso brasileiro, onde a institucionalidade contribui com todo seu peso para garantir o controle pelo alto da modernização

conservadora, foram relevantes para forçar essa ocupação de posições, os erros estratégicos e táticos dos operadores de espaços institucionais. As apostas de Geisel e Golbery, tentando prever resultados futuros do processo de distensão, e paralelamente, as expectativas de lideranças do MDB quanto a suas táticas eleitorais pós-74, foram frustradas – mas é igualmente relevante ter claro que essa frustração não foi obra do acaso, ou de mera miopia dos estrategistas. O que ocorreu foi que, para explorar essas possibilidades de atuação e avanço da luta popular contra a ditadura, houve um movimento de massas que acertou o passo, e foi capaz de identificar o caminho adequado para uma postura consistente enquanto o adversário vacilava. Se os generais e os líderes partidários desenharam um caminho, contando com o despreparo e a desorientação da massa, é preciso não corresponder a essas expectativas, garantindo articulação, orientação e decisão – tarefas que devem ser cumpridas por um operador político de fato.

Se preservamos a tese de movimento de massas a tentar quebrar o ciclo de repetições das articulações pelo alto, o que houve para frustrar o movimento? Por que, afinal, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada, tivemos eleições indiretas que sacramentaram Tancredo e por fim, José Sarney como presidente? É a constatação histórica que impulsiona a reflexão de fundo: como, afinal, é possível tomar a história brasileira nas mãos, e colocar o andamento da nossa modernização sob controle das massas organizadas, quebrando a repetição secular da modernização conservadora, conduzida pelo alto para alijar os setores populares? Recuperando uma referência anterior, é tema corrente na produção teórica sobre a formação nacional brasileira que esse pacto excludente tem como resultado histórico a atualização do atraso a cada passo em direção à modernidade; um atraso que se materializa como degradação das condições de vida da classe trabalhadora, em proveito das taxas de acumulação do capital. Superação do atraso, portanto, tem como horizonte a extinção dessas manifestações concretas da superexploração e o aprofundamento democrático tem um significado substantivo, para além de abstrações formalizadas em arranjos institucionais.

Para Conclusão

O estudo da transição e dos processos que se desenvolveram no período, ilustram aspectos marcantes de nossa formação social. Temos o andamento lento, controlado pelo alto e autocrático, da nossa revolução burguesa. Não foram raros os momentos em que o verniz democrático foi dispensado, quando a institucionalidade já não mais servia ao propósito de rotinizar a dominação burguesa. A própria ditadura nasceu com um movimento golpista que se apresentava como intervenção pontual e eventos do período dão testemunho de que este era um propósito para além da propaganda – as movimentações de Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek para serem candidatos em 1965, a intervenção do arbítrio com a instituição do AI-2 (NETTO, 2014). A necessidade de articular razões e ações para estender o regime se repetiram a cada troca de general no poder. Portanto, no transcurso histórico da República, as forças conservadoras recorreram ao arbítrio, à truculência, ao golpe e finalmente, a uma autocracia aberta, para a garantia de seus interesses e posições no aparato estatal que garantissem essa proteção. Momentos como a transição apontam processos em que podemos identificar elementos entrelaçados que contradizem essa toada. É um momento

em que a coalizão burguesa renuncia parcialmente ao exercício violento e autocrático do poder; de forma correlata, diretamente associada a esse ponto, testemunhamos a intervenção popular na política, sob a forma de movimento de massa. São antípodas da configuração prussiana colonial de nossa via de acesso ao capitalismo, e aparecem pontualmente em nossa história, de forma dissociada. A compreensão acurada da conjuntura, dos atores, dos traços definidores desse processo, pode contribuir para a identificação de como formatar a linha política que possa contrariar a tradição de nossa revolução burguesa, no sentido de favorecer a consolidação de uma formação social com o *demos* no efetivo exercício do *kratos*.

O problema teórico é a própria existência de movimento de massas no Brasil, e suas perspectivas de intervenção no andamento histórico, diante das reflexões consagradas sobre o caráter conservador da modernização brasileira. Como é possível, e em que conjuntura pode atuar um movimento de massas no Brasil? As *Diretas Já!* seria um genuíno movimento de massas, capaz de romper a eterna renovação das conciliações que marcam os processos de transição na longa marcha da via prussiana colonial brasileira? Houve, efetivamente, combinação entre articulação política pelo alto e movimento popular legítimo, como defendem algumas análises (PILAGALLO, 2023). O fundamental aqui é analisar se essa articulação permite entender o movimento como apenas mais uma expressão bonapartista de tutela das massas, com um verniz de movimento político autônomo. Em uma outra perspectiva, é possível compreendê-lo como movimento de base que impôs às lideranças a sua presença. Foi uma legítima expressão da dialética empreendida por forças antagônicas em disputa por um acordo necessário, que exploravam as potencialidades que a conjuntura oferecia. Nesse sentido, cada polo dependeu da *expertise* política de suas lideranças, da criatividade para saber se aproveitar das oportunidades abertas, da capacidade de mobilização dos recursos políticos à disposição para impulsionar seu peso relativo e avançar suas posições.

Como é possível a essa modalidade de ação, conferir relevância política à classe? Que mecanismos concedem ao número organizado, o poder de neutralizar as ferramentas de dominação que garantem o controle do sistema político pela classe dominante? O movimento de massas impõe a presença de trabalhadores em um sistema que é permanentemente auto reformado, visando garantir a participação tutelada, e que reiteradamente faz uso da autocracia aberta, quando a tutela parece debilitada. Nesse sentido, o papel das *Diretas* na desarticulação da ditadura é relevante ilustração; no caso da via prussiana colonial, o peso desses movimentos vai depender de sua conexão com elementos institucionais e de dissidências das classes dominantes, como parece ter sido fundamental para que as *diretas* tivessem a amplitude que alcançaram. O movimento de massas condensa um acúmulo de lutas, a partir do avanço a muito custo, e é possível emergir em momento de crise de hegemonia do bloco no poder. Depende de um agente político que catalisa múltiplas lutas, variadas fontes de descontentamento, sendo capaz de condensá-las em um programa abrangente, cuja aceitação depende da forma ideológica como é apresentado. Quando alcança esse estágio, sua neutralização depende da capacidade das elites de explorar as contradições internas que um bloco dessa natureza necessariamente contém. No caso da *abertura* brasileira, e a luta por eleições diretas como fenômeno emblemático dessa dinâmica, as contradições se expressaram em abundância. Sua expressão mais bem acabada foi o bloco liberal moderado no interior do MDB, conduzido por Tancredo Neves.

Do ponto de vista do programa democrático referido, o nó górdio é a neutralização das expressões desse poder, no interior do bloco, a permitir a expressão autônoma de um legítimo movimento de massas. O que poderia, enfim, dar forma e potência a um movimento popular que não dependeria de lideranças burguesas, e teria força o bastante para se impor. A hipótese que se levanta, é a construção de um instrumento autônomo da classe trabalhadora, com programa político próprio, e com a força organizada que suplantaria a capacidade burguesa de tutela; em outras palavras, garantir a hegemonia dos trabalhadores no âmbito desse bloco. Por suas posições de origem, e durante a campanha das diretas, o PT parece ter emergido com esse propósito (SINGER, 2012), e foi o que Florestan Fernandes acreditou ser possível, ainda que defendendo um programa restrito que não previa a revolução (FERNANDES, 2019). Emerge assim como a síntese dos balanços tanto da história da formação nacional, o andamento modorrento e traços excludentes autocráticos de nossa modernização conservadora, quanto do papel desempenhado pelos organismos históricos de organização da luta dos explorados. À medida em que avança sua institucionalização, opera uma progressiva reconciliação com a história da via colonial e sua realização política conciliatória (SINGER, 2012). Não realizou o programa autônomo da classe, e a trajetória percorrida confirmou o receio de Florestan, se integrando à ordem e assumindo papel de gerente do capitalismo em crise (FERNANDES, 2019). As possibilidades de um movimento de massas autônomo, que efetive um programa popular independente parecem, portanto, associadas à capacidade de construir a hegemonia da classe trabalhadora em seu interior, através de um operador político que resista à sedução da institucionalidade burguesa, em detrimento da preservação dos interesses da classe.

Referências

- ALONSO, Angela. De Positivismos e de Positivistas: Interpretações Do Positivismo Brasileiro. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, nº 42 (julho), 1996.
- BOSCHI, Renato. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. **Resistência e Anistia: a história contada por seus protagonistas**”. São Paulo: Alameda, 2020.
- CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1978.
- COSTA, Caio T. **Cale-se**. São Paulo: A Girafa, 2003.
- COSTA, Edmilson. **A política Salarial no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia Como Valor Universal**. São Paulo: Livraria Tema de Ciências Humanas, 1980;
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Reflexões sobre a construção de um instrumento político**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984 – Vol. 2**. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990

- GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- GOMES, Paulo C. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: A visão da espionagem**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. Il Risorgimento, *in* **Cadernos do Cárcere**. vol.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel. **Abordagens da descompressão política**. Manuscrito disponível no Arquivo do CPDOC, 1973.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LENIN. V. I. **El Programa Agrario de la Socialdemocracia en la Primera Revolución Rusa**. Madrid: Editorial Ayuso, 1975.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MARX, Karl. A Dominação Britânica na Índia. In: **Obras Escolhidas**. Tomo I, Lisboa: Editorial Avante, 1982.
- MAZZEO, Antonio C. **Sinfonia inacabada**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NETTO, José P. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PILAGALLO, Oscar. **O girassol que nos tinge: uma história das Diretas Já, o Maior Movimento Popular do Brasil**. São Paulo: Fósforo, 2023.
- PINHEIRO, Milton. Os Comunistas e a Ditadura Burgo-Militar: os impasses da transição. *in* PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINHEIRO, Milton e MANZANO, Sofia. **O PCB entre a união nacional e a representação de classe**. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2023
- POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RANGEL, Ignácio. **O desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005
- REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. vol. 2 São Paulo: Edições Novos Rumos, 1981.
- SINGER, André. **Os Sentidos do lulismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- SINGER, Paul. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VIANNA, Maria Lucia T. W. **A administração do "milagre": o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- WEFFORT, Francisco. Estado e Massas no Brasil. *in* **Revista Civilização Brasileira**, ano 1, nº 7, 1966.

WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Notas

¹ Doutor em Ciência Política (IUPERJ). Professor associado do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1696174803437528>. Orcid: <http://lattes.cnpq.br/1696174803437528>. E-mail: leoandrada@yahoo.com.br.

² José Chasin, procurando qualificar mais detalhadamente nossa modalidade de modernização capitalista, pondera que nosso capitalismo tem especificidades substancialmente distintas do capitalismo tardio alemão, parte delas relacionadas ao momento em que o Brasil se integra ao circuito internacional, já na fase imperialista, caracterizando nosso caso como “hipertardio”. (CHASIN, 1978).

³ Fala do Príncipe de Falconeri, personagem do romance *O Leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, obra frequentemente apontada como a síntese literária do processo de composição de interesses entre a ascendente burguesia e a decadente aristocracia da terra, que Gramsci nomeou como revolução passiva.

⁴ O Ato Institucional número 2, ou simplesmente AI-2, de 27 de outubro de 1965, foi parte fundamental do avanço ditatorial sobre a estrutura constitucional vigente, para dar sustentação institucional à ditadura. Além de intervir no Judiciário e avançar nas cassações, extinguiu os partidos políticos até então existentes, criando no Brasil um sistema bipartidário. O partido oficial de sustentação do governo era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), congregando diferentes setores das elites tradicionais, que no sistema partidário anterior estavam divididas, principalmente, entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD); a oposição consentida ficou condensada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que foi progressivamente absorvendo todos os setores opositores à ditadura, como os que antes estiveram no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), e mesmo remanescentes da luta armada que reorientaram sua posição política – como o deputado proponente da emenda das Diretas, Dante de Oliveira, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

⁵ Uma versão manuscrita do texto de Huntington encontra-se no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas: HUNTINGTON, 1973). Sobre a visita fora da agenda oficial, GASPARI, 2003.

⁶ Slogan de campanha de Juscelino Kubitschek, como síntese de seu programa de desenvolvimento intensificado cuja expressão mais eloquente é a construção de Brasília.

⁷ Slogan de campanha institucional produzida pela Assessoria de Relações Públicas, gravada pelo grupo *Os Incríveis* e veiculada em 1976, durante o Governo Geisel, refletindo o intuito de fomentar o otimismo com a política de distensão.

⁸ criado em 1970 pelo comandante do I Exército, general Siseno Ramos Sarmento, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi a racionalização e aperfeiçoamento operacional da Operação Bandeirantes (OBAN), criada no ano anterior para articular as ações de repressão aos grupos opositores. Oficialmente um órgão de inteligência, na prática foi uma estrutura repressiva com papel destacado na tortura e morte de militantes que resistiram à ditadura – como Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, militantes do PCB. Entre seus chefes de maior destaque estava Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador reconhecido por ex-presos políticos, condenado em 2010 por seus crimes, tornado figura de culto por agitadores neofascistas em tempos mais recentes.

⁹ A chamada *Lei Falcão* (Lei nº 6339/76) foi instituída a 1º de julho de 1976, durante o governo Geisel. Batizada em homenagem ao Ministro da Justiça, criador da proposta, regulamentava a propaganda eleitoral de rádio e televisão, estabelecendo que o candidato deveria expor apenas um breve histórico de vida, e vetando o uso de música com letra. Foi resultado direto do impacto que o uso desses veículos de comunicação em massa teve no resultado eleitoral em 1974, a primeira grande derrota política da ditadura burgo-militar.

¹⁰ Entre as medidas que pretendiam neutralizar o avanço eleitoral da oposição, uma estabelecia que um terço do senado seria composto por indicação do Presidente da República, a ser submetido a eleição indireta. A intenção era garantir o controle da maioria do Congresso, o que estava em risco com o desempenho eleitoral que o MDB apresentou nas eleições de 1974 e 1976. Por seu papel de agentes do governo, esses senadores receberam popularmente o apelido depreciativo de *biônicos*, em referência a um seriado de TV popular no período.

Recebido em: 23 de fev. 2024

Aprovado em: 23 de abr. 2024